

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM JOAQUIN VENÂNCIO
LABORATÓRIO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Lucas Martins Burgos de Oliveira

CONCEPÇÕES DE ESTADO E CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO:

a escola como espaço de reprodução das relações sociais?

Rio de Janeiro
2012

Lucas Martins Burgos de Oliveira

CONCEPÇÕES DE ESTADO E CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO:

a escola como espaço de reprodução das relações sociais?

Monografia apresentada a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Técnico de Vigilância em Saúde.

Orientadora: Marcela Pronko

Rio de Janeiro

2012

Lucas Martins Burgos de Oliveira

CONCEPÇÕES DE ESTADO E CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO:

a escola como espaço de reprodução das relações sociais?

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Saúde Joaquim Venâncio como requisito parcial para aprovação no curso técnico de nível médio em saúde com habilitação em Vigilância em Saúde.

Aprovado em ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

(Marcela Alejandra Pronko. Vice Direção de Pesquisa - EPSJV)

(Anakeila de Barros Stauffer. Vice Direção de Pesquisa - EPSJV)

(Cristina Maria Toledo Massadar Morel. Pós-graduação - EPSJV)

*Dedico este trabalho
aos meus pais, Paulo e Rosane*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha família, por todo o suporte que me deram durante toda a minha vida escolar, pela paciência e ajuda nos momentos delicados. Agradeço a minha orientadora Marcela Pronko, pela paciência, pela ajuda no desenvolvimento do trabalho, pela dedicação e contribuição para que o trabalho se realizasse da melhor forma possível.

Agradeço à minha banca examinadora pelos direcionamentos concedidos durante a elaboração do trabalho, que me permitiram aperfeiçoar o conhecimento acerca do tema. Agradeço ao PIBIC, pela bolsa de pesquisa, e a EPSJV pela oportunidade de fazer essa pesquisa.

Agradeço aos meus amigos pelo apoio, pela motivação e pelos inúmeros auxílios na hora de formatar o trabalho.

Resumo

Para que haja a constituição da nossa sociedade, do jeito em que se apresenta, necessita-se de mecanismos que a sustentem, fundamentem e justifiquem seu funcionamento, tendo que em sua constituição há questões que por si só poderiam ser responsáveis para a sua não existência, questões essas que são contraditórias, questões como a exploração do trabalho, e manifestadas através da luta de classes. Esse trabalho procura compreender a formação e o funcionamento de instituições, principalmente da escola, e a atuação do Estado perante esse setor, formando uma estrutura ideológica que exerce um papel importante na perpetuação das relações produtivas e sociais existentes.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
1.1. Estrutura da Monografia	10
2. RELAÇÃO ESTADO EDUCAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA.....	11
2.1 Ausência das classes e ausência da escola.....	11
2.2 O mundo antigo e suas (re)formas educacionais.....	12
2.3 A educação se aproxima do Estado.....	13
2.4 Mudanças nas relações de trabalho e na educação.....	14
2.5 Revolução Burguesa e educacional.....	17
2.6 Revolução Industrial e Revolução Francesa.....	18
3 CONCEPÇÕES DE ESTADO E CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO.....	21
3.1 Concepção de Estado para Gramsci.....	24
3.2 Concepção de Estado para Althusser.....	25
3.2 História do Estado Brasileiro.....	27
4 AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	30
4.1 O Programa Mais Educação.....	30
4.2 A relação Estado-Sociedade na política educacional brasileira.....	32
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6 Referência Bibliográficas.....	39

Introdução

Para que haja a constituição da nossa sociedade, do jeito em que se apresenta, necessita-se de mecanismos que a sustentem, fundamentem e justifiquem seu funcionamento, tendo que em sua constituição há questões que são contraditórias, como a exploração do trabalho, e que se manifestam através da luta de classes. Esse trabalho procura compreender o funcionamento de instituições, como a escola, que exercem um papel importante na perpetuação das relações produtivas e sociais existentes na contemporaneidade.

Levando em consideração que nenhuma classe dominante pode deter o poder do Estado de forma duradoura, sem exercer sua hegemonia sobre e através das instituições primordialmente ideológicas, e que a sociedade constituída atualmente é de caráter capitalista, fica claro que as instituições ligadas direta ou indiretamente ao Estado tenderão a se aproximar da ideologia da classe dominante. Ou seja, reproduzem as relações de produção, relações essas de exploração. E umas das principais instituições primordialmente ideológicas é a escola.

Isso se dá, porque, é principalmente na escola, juntamente com a família, que são formados os indivíduos da sociedade. A escola acompanha desde muito cedo o desenvolvimento das pessoas, sendo nelas em que os jovens passam a maior parte do tempo (ou procura-se fazer isso). A escola ensina, através de matérias, conteúdos, formas de organizar o tempo e o espaço, além das próprias relações sociais, de forma direta ou indireta, os valores e subsídios teóricos que permitirão o ingresso dos alunos nas estruturas da sociedade capitalista, perpetuando suas condições, em tese. O resultado desse modo de funcionamento é diverso, havendo inúmeros fatores que influenciarão o aluno formado pela escola. Há distintas aplicabilidades das políticas públicas propostas e as diferentes classes sociais atendidas pelo sistema de ensino e, conseqüentemente, diferentes modos de pensar e de bases culturais, para citar alguns exemplos.

O Estado desempenha papel muito importante para a constituição da forma de funcionamento da escola. Isso pode ser justificado pela criação e efetivação das políticas públicas educacionais formuladas pelo Estado, que atuam tanto no setor público quanto no privado. Com elas são delimitadas as diretrizes que devem ser seguidas para garantir o cumprimento do papel da escola na sociedade capitalista.

Um exemplo disso estaria na formulação de currículos mínimos, no qual estão presentes os assuntos que são essenciais para a instrução dos alunos. Não excluindo o fato de

que é desenvolvida pelo Estado uma ideia de que a escola é desprovida de ideologias, sendo considerada como representação do interesse do conjunto da sociedade (de acordo com a concepção liberal).

Essa concepção também se aplica, em certa medida, ao conceito clássico do Estado, do qual ele se comportaria como um agente em nome do interesse nacional. No entanto, analisando as atividades burocráticas e administrativas por ele realizadas, ou seja, em seu funcionamento percebe-se o caráter de classe que caracteriza o Estado moderno, numa sociedade capitalista, além de seu papel pedagógico. Essa característica é refletida na forma com que os aparelhos presentes na sociedade se comportarão e seus respectivos desdobramentos. Resumidamente, ele concentra o poder político da classe dominante, influenciando o jogo político-ideológico como um todo.

Ao longo do processo de elaboração desta monografia foram trabalhados os conceitos de “aparelhos ideológicos de Estado” e de “aparelhos privados de hegemonia”. Eles serviram de base para uma discussão teórica entre os pensadores marxistas Louis Althusser e Antonio Gramsci, tendo suas respectivas formas de interpretar a relação Estado-sociedade como um dos pontos estudados.

Utilizando como referência o livro *Educação e Luta de Classes* de Aníbal Ponce, foi possível estudar o percurso histórico das formas de educação, sendo mostradas as diversas características assumidas por ela ao longo do desenvolvimento da sociedade. Assim, ficará claro que essas características não são arbitrárias, fruto de ideias individuais ou de um grupo, mas sim orgânicas, condizentes com a estrutura social apresentada, espelhando as relações de reciprocidade que há entre as forças materiais e ideológicas. Da mesma forma que a ideologia de um grupo é a “representação” de suas relações com a sua existência social, o campo de ideias que regem a escola é a representação da sua relação e importância para com as características da sociedade.

Outro ponto importante do trabalho é a existência material das ideologias nas instituições como a escola. E quando se menciona isso, tem em mente a coexistência tanto das ideologias provenientes das diferentes relações da classe dominante com as condições da sociedade, quanto das relações produzidas pelas classes não dominantes. Dentro desses aparelhos ocorreria, no campo das ideias, a luta de classes. Porém, o que predomina são as ideias dominantes, ajudadas, sobretudo pela atuação dos aparelhos repressivos do Estado, que formam um campo favorável ao desenvolvimento dos aparelhos ideológicos, e são

responsáveis pela contenção de situações que fujam do aceitável, que por ventura venham a colocar em riscos as relações de produção.

A escola se configura em uma espécie de síntese dessas relações. Nela, um lugar no qual podem ser travadas discussões, tanto entre os seus alunos quanto destes com o corpo de professores, por exemplo, pode se notar o confronto de ideias, pela pluralidade de indivíduos nela presente. E também na escola há o uso de medidas coercitivas, o que indica outra característica dos aparelhos de Estado. Eles atuam primeiramente no campo ideológico, mas secundariamente atuam através da coerção direta. O mesmo acontece nos aparelhos repressivos do Estado, que também atuam na área ideológica.

1.1 Estrutura da Monografia

Esse trabalho possui a seguinte estruturação de capítulos: no primeiro capítulo realizou-se uma contextualização histórica acerca das diversas características assumidas pela escola ao longo da história até a consolidação de um modelo de escola condizente com o sistema capitalista de produção.

No segundo capítulo desenvolve-se uma discussão teórica, apresentando as correntes funcionalistas e conflitualistas que oferecem divergentes concepções de Estado e sociedade, se aprofundando na segunda. Para isso, tomamos como base os pensadores Louis Althusser e Antonio Gramsci, detendo-se nos estudos sobre as relações entre sociedade, Estado, políticas públicas e educação.

No último capítulo apresenta-se uma análise do Programa Mais Educação, mostrando como o mesmo se insere na atual dinâmica da sociedade brasileira. Assim, as conclusões tiradas a partir dos outros dois capítulos permitem uma melhor compreensão dessa política pública brasileira no atual contexto capitalista.

Capítulo II - Relação Estado e Educação ao longo da história

Através da leitura do livro *Educação e Luta de Classes* de Aníbal Ponce (2007), é possível observar uma parte do percurso histórico assumido pela educação, sendo mostradas suas diversas configurações encontradas ao longo do desenvolvimento da sociedade. É retratado desde o período no qual predominavam pequenas sociedades primitivas, organizadas por tribos, de pouco desenvolvimento tecnológico, até o período de consolidação da sociedade burguesa, passando pelas diversas reformas e algumas revoluções que o processo educacional sofreu.

Percebe-se, através do estudo histórico, que o que norteava as configurações que constituíam a educação e as reformas implantadas, eram as características que a sociedade apresentava, ou mudanças em suas estruturas que demandavam novas formas de educar. A ausência de um sistema educacional nas tribos primitivas condizia com a organização da mesma. As 'escolas' do Império Romano tinham em mente as necessidades que esse apresentava. Esses e outros exemplos permitem ilustrar essa relação.

2.1 Ausência das classes e ausência da escola

No que se refere às sociedades primitivas, tem-se a ausência de um sistema educacional. Os valores e conhecimentos práticos necessários para a formação de um indivíduo, permitindo sua integração na sociedade, eram transmitidas sem a presença de uma instituição específica para esse fim. Através do contato com os membros da tribo, não se restringindo somente ao núcleo familiar, havia o aprendizado de praticamente tudo o que a partir da comunidade se podia obter.

Analisando essas sociedades, nota-se que não há uma estrutura social formada por classes. O que se tem é uma divisão do trabalho por sexo e idade. Há uma homogeneidade no ambiente social. E a partir dessa análise pode se tirar conclusões que refletem algumas características da forma com que a educação funciona e suas consequências. Em uma sociedade não formada por classes, com indivíduos em condições praticamente iguais, não há algum aparato educacional. No entanto à medida que há um desenvolvimento das atividades exercidas e começa a existir uma diferenciação social de um certo grupo e o desejo de

perpetuar a condição existente para os descendentes, são criadas estruturas que facilitam essa diferenciação.

A mencionada diferenciação tem origem em dois fatores. O primeiro, relacionado com a baixa produtividade do trabalho humano e uma complicação na realização de determinadas tarefas da comunidade, devido ao estágio de evolução das técnicas de trabalho. Isso fazia com que se considerasse necessária a existência de pessoas que gerenciassem essas tarefas, como a distribuição dos produtos e direção de guerras, não podendo conciliar essa função com o trabalho manual, que despendia muita energia. Se produz, então, a separação entre “executores” e “administradores”, gerando certo poder esse último grupo.

Com o processo de desenvolvimento da técnica, que permite uma produção maior do que o necessário para a sobrevivência imediata, foi aberta a oportunidade para que os “administradores” fizessem o intercâmbio de produtos entre outras tribos, fato até então inexistente. O rendimento do trabalho ganhou um novo significado, já que não era usado somente para a subsistência. Com isso, a diferença entre os dois grupos apontados foi aumentado. Não havia mais a homogeneidade, interesses distintos começam a se formar. A partir disso, a antiga educação não é mais coerente com a sociedade, havendo a necessidade de uma educação desigual, em detrimento da anterior que era única.

Um dos primeiros meios educativos diferenciados se deu no campo religioso. Eram as cerimônias de iniciação. Os que participavam geralmente realizavam atividades árduas e perigosas que provocavam uma distinção em relação aos outros membros da sociedade e possuíam caráter intransferível. Posteriormente, havia um conjunto de hábitos em que caracterizavam e perpetuavam a condição superior que esses representavam. À medida que há o desenvolvimento dos meios de produção, as atividades decorrentes se complexificam, essa estrutura vai se tornando cada vez mais sofisticada.

2.2 O mundo antigo e suas (re)formas educacionais

Na Grécia antiga, particularmente em Atenas, já havia a presença de um método de educar que era considerado tradicional, baseado nos chamados ginásios, em que havia a formação do homem ateniense, que não realizava práticas comerciais, sendo um proprietário de escravos e de terras, preparado para desempenhar funções no governo ou para guerrear. No entanto, devido ao desenvolvimento do comércio, se produz o crescimento de um grupo da

população, os metecos, que se diferenciavam da nobreza tradicional, possuindo uma visão de mundo diferenciada.

Juntamente com isso houve o florescimento dos chamados sofistas, representantes da nova ideologia que se formava, e que viriam a mudar a forma pela qual se dava a formação do indivíduo, se tornando mais flexível. Outra consequência foi a importância assumida pelo conhecimento prático.

Esse novo grupo social, juntamente com as práticas sofistas, foi alterando pouco a pouco diversos campos da sociedade ateniense. Um dos pontos alterados foi em relação a disciplina que havia na educação tradicional, justificável por se tratar de uma formação que também preparava para a vida militar. A resistência a esse fundamento sofreu um aumento, pois crescia a ideia de um mundo mais cambiável e não tão baseado no bem-comum, mas pelo contrário, tendo como parâmetro, cada vez mais, o individualismo presente (valor que muitos séculos depois seria retomado).

Com esse panorama, as classes dirigentes impuseram uma maior vigilância pedagógica e se compreendeu a necessidade de controlar de forma mais efetiva o ensino, procurando evitar que os jovens tivessem acesso as “ideias perigosas”. Procurou-se a observação mais detalhada dos métodos e do que era ensinado. É então que se produz o surgimento dos primeiros programas oficiais, característica essa que é presente na educação dos dias atuais. Ou seja, a partir da necessidade de adequar as novas configurações que a sociedade apresentava à dinâmica desejada pelas classes dominantes, novos mecanismos são criados e há uma expansão dos aparatos ligados a educação. Isso, em outros períodos da história também será observado, guardando-se as devidas diferenças.

2.3 A educação se aproxima do Estado

No Império Romano, houve aspectos no campo educacional que merecem serem lembrados. Diversos territórios estavam sobre o domínio de Roma, demandando inúmeras obrigações ao poder central. Para que tarefas como cobrança de impostos, obras, gestão de territórios foram realizadas, era necessário que o Estado romano tivesse funcionários capacitados para realizarem suas respectivas funções.

Em Roma não havia um educação instucionalizada, existiam sim profissionais, ocupando uma posição social equivalente a dos artesãos, que cobravam pelo serviço de

ministrar aulas, transmitindo seus conhecimentos adquiridos ao longo da vida, não havendo uma formação própria a essa “carreira.” Porém, à medida que o Império se expandia, resultando no aspecto anteriormente exposto, uma medida mudou o panorama da educação. Um imperador romano, pela primeira vez na história, atribuiu ao Estado a responsabilidade pela educação. Assim, procurava-se garantir o preenchimento dos cargos burocráticos. Tentava-se reverter, principalmente, a situação dos “professores”, que não possuíam uma condição que permitisse o exercício contínuo de suas atividades.

Essa aproximação da educação ao Estado não é a mesma existente na atualidade. Constituíam-se mais em um aumento na garantia do trabalho realizado pelos “professores”. Não havia uma educação propriamente estatal.

2.4 Mudanças nas relações de trabalho e na educação

Juntamente com o declínio de Roma houve uma mudança na principal força de trabalho da sociedade. Em detrimento do sistema de trabalho por meio dos escravos, tem-se o trabalho baseado na servidão. Isso se deu, pois, à medida que os territórios conquistados passaram a não prover a mesma quantidade de recursos e escravos, os impostos foram elevados, tornando o uso da mão de obra escrava em grandes propriedades não mais compensador.

O novo regime de trabalho se baseava no servo (ou vilão), que dispunha de certo pedaço de terra cedida a ele. Nele haveria de produzir tanto para suprir suas necessidades como para fornecer ao dono da terra parte do que foi produzido. Além disso, ele, quando necessário, deveria prestar alguns serviços ao mesmo. Diferentemente dos escravos, os servos não eram um produto a serem comercializados, era somente com a permissão do nobre que eles se fixavam em suas respectivas terras.

Com essas características fica claro que a economia se baseava quase que exclusivamente no trabalho da terra. E a partir disso pode-se entender a importância em que a instituição religiosa, tendo com representantes os mosteiros, teve na economia. Os mosteiros se tornaram importantes no que se dizia respeito à concessão de apoio monetário, emprestando dinheiro para os senhores e ajudando os camponeses em momentos de má colheita. Isso era possível por causa de sua particular organização do trabalho, “racionalizada” em comparação às existentes nos campos feudais, promovendo grande acumulação de

riquezas. Essa é a origem de algumas estratégias, como o celibato ao clero, para a manutenção das reservas.

Em coerência com a condição de importância e conseqüentemente de poder sobre a sociedade, proveniente das atividades descritas, há o fato de que foram dentro dos domínios da Igreja que surgiram as primeiras “escolas” medievais, as escolas monásticas. Havia duas categorias, a destinada à formação dos futuros monges e a que tinha como público a plebe. Essa última não possuía um aspecto de instrução, mas sim de familiarização com a doutrina cristã, pois não se ensinava a ler nem a escrever. E a primeira visava a formação dos futuros monges.

Posteriormente, houve a inclusão das escolas “externas”, destinadas aos nobres, tendo como principais estudos a gramática, a retórica e a dialética. Geralmente o contato dos nobres com essa escola era curta, voltando-se novamente à educação clássica, preparando-se para o ato de guerrear.

Uma mudança nessa estrutura acontece em um momento posterior, refletindo as mudanças econômicas e organizacionais da sociedade, possíveis, sobretudo, pelo desenvolvimento da técnica e pela dinâmica da época.

Havia a necessidade de o senhor feudal manter uma estrutura militar armada, pois frequentemente ocorriam desentendimentos entre os senhores, gerando conflitos, além dos saques, parte importante da economia feudal. Com isso, altos gastos eram realizados, comprometendo as finanças e fazendo com que o senhor feudal, às vezes, tivesse que abrir mão de alguns de seus privilégios. E isso tem relação com o florescimento de uma nova classe social, a burguesia.

A partir do século IX, progressivas mudanças na técnica propiciaram o florescimento do comércio. Os artesões, situados nos burgos (cidades-fortaleza), trabalhavam com os produtos oriundos dos servos e os comercializavam. Como estavam dentro dos domínios do senhor feudal, eles tinham que pagar tributos à ele. Porém a medida que a atividade foi se expandindo, gerando mais riquezas, cada vez mais prejudicada com as cobranças arbitrárias do senhor, esse grupo formulou uma estratégia de proteção. A partir de associações de seus membros, conseguiu-se estabelecer uma cobrança tributária regular. Isso significou a “compra” do poder que o senhor feudal exercia sobre os bens por eles produzidos.

Essa conquista e o crescimento das atividades comerciais provocaram mudanças, por exemplo, na organização espacial do território, com os burgos ganhando cada vez mais importância. E conseqüentemente, também seguindo as pequenas alterações que o trabalho

vinha sofrendo, houve mudanças na forma com que a educação se organizava. Uma nova modalidade de escolas surgia, sediada nas catedrais, nos burgos, podendo ser considerada como o princípio da universidade.

O fortalecimento das mesmas associações burguesas, que conseguiram diminuir o poder do senhor feudal perante o que era produzido, permitindo um avanço no plano econômico, também proporcionou um avanço no plano intelectual, desenvolvendo essa nova instituição. Ela viria a conceder uma atmosfera intelectual mais condizente com as necessidades da nova classe.

A educação antes existente tem como correspondente o trabalho baseado na terra, realizado pelos servos. A partir das novas relações de trabalho que caracterizam a burguesia, tem-se a necessidade de uma educação que tenha maior relação com a ciência. Prática do conhecimento que vai sofrendo uma mudança de realidade quase que exclusivamente intelectual para uma realidade material, ou seja, a aplicabilidade das teorias ganha uma posição central. Juntamente com a importância das experiências na produção do conhecimento. (Saviani, 1985).

E, a partir disso, práticas anteriores, nas quais o ensino da escrita e compreensão da leitura não eram os principais objetivos, passam a não serem mais propícias às atuações da burguesia. A forma como se dá o método científico -de grande importância para novas relações econômicas- necessita de confronto e de testes de ideias, somente possíveis pela escrita.

Além disso, um título oriundo da universidade fazia com que os burgueses participassem de algumas vantagens antes restritas somente ao clero e à nobreza. Uma das vantagens era o fato de que as cidades passaram a eleger os seus embaixadores, também aqueles que eram doutores em direito, não somente integrantes do clero. Isso mostra como pouco a pouco a burguesia começa a se apropriar dos meios da justiça e da burocracia. Além do lento processo de substituição da nobreza clássica, com fins guerreiros, para uma nobreza possuidora de outros fins e com o título conquistado, mediante compra ou concessão real. À medida que o burguês alcançasse maiores títulos, sua posição podia se equiparar com a de um nobre.

Cabe ressaltar que nesse momento histórico, a burguesia ainda não era revolucionária. Apesar dos conflitos travados com os senhores feudais, ela apenas procurava comportar seus interesses econômicos e políticos dentro do regime feudal. Ela já se constituía como uma classe em si, mas ainda não tinha consciência que seus interesses iam de encontro com as

estruturas do regime feudal. Existia, por exemplo, o desejo de se ter uma condição parecida com a de um nobre, posteriormente havendo a prática de compra de títulos de nobreza.

2.5 Revolução Burguesa e educacional

A forma com que o mundo feudal se organizava produzia situações que não eram muito favoráveis ao desenvolvimento do comércio. Havia inúmeros entraves, como por exemplo, taxas que eram cobradas para atravessar os territórios (fragmentado em feudos), além da incerteza gerada pelos diversos conflitos existentes. Tentando encontrar soluções, houve um movimento de apoio, por parte da burguesia, aos reis, emprestando-lhes dinheiro e promovendo o confronto com os diversos senhores feudais. Isso tem como consequência a diminuição do poder desses últimos e o fortalecimento dos reis. Assim, inicia-se o longo processo de formação dos estados nacionais e a consolidação de um ambiente mais propício a burguesia.

Essa mudança de ordem política e com consequências espaciais, também foi um desencadeador da expansão do ensino. A formação dos estados nacionais fez com que fossem reunidas perante um mesmo conjunto de leis e mesma língua, populações diferentes, que na maioria das vezes costumavam guerrear entre si. A necessidade de se criar uma identidade comum se fazia presente, e a instituição que teria grande participação nessa função era a escola. Não pode-se excluir desse processo elementos como a língua e as tradições.

Juntamente, ocorreram também algumas mudanças na forma de se pensar a educação, devido às transformações ocorridas no campo religioso. Eram as ideias protestantes, divulgadas nos idiomas locais (o latim era a língua oficial da Igreja), que viriam a criticar algumas práticas da Igreja romana e suscitar novas interpretações. Pode-se notar uma relação entre essas ideias e a necessidade de uma educação que possibilitasse a leitura. No protestantismo acredita-se que somente há um intermediário entre o indivíduo e Deus: as sagradas escrituras. Ou seja, a importância da leitura ganha um caráter religioso, algo que não acontecia.

Porém, apesar de ter mencionado os benefícios que a educação traria ao desenvolvimento da sociedade, Lutero (um dos líderes dessa reforma religiosa) não considera a opção de sua extensão para as camadas mais pobres da população. Ele encarava esse setor com muito receio, se posicionando totalmente contra as revoltas populares de caráter mais

revolucionário, que se apoiando nas ideias da Reforma, propuseram uma total mudança nas estruturas sociais e econômicas.

Esses dois aspectos tem grande importância em relação a afirmação do projeto de revolução burguesa, promovendo mudanças no campo político e religioso que poderiam abarcar a transformações materiais que estavam em desenvolvimento.

No início do movimento revolucionário, houve o posicionamento da burguesia como uma defensora dos direitos gerais da sociedade. Em um primeiro momento, há a formação de um só bloco, que mais tarde mostraria reunir grupos com interesses contraditórios, em conflito, no campo educacional, como a Igreja. Todos os vícios daquela sociedade foram materializados na classe que detinha o poder de formação intelectual, movimento natural em um processo revolucionário. Isso acarreta o pensamento de que era necessária uma desvinculação total da Igreja para com a educação.

A partir disso surge a escola laica, a constituição ideal para a burguesia que demandava uma formação intelectual que fosse representante de suas ideias e que exercesse a função de sustentação ideológica de suas práticas. Entretanto, a consolidação desse formato, não se dá de forma imediata. O bloco revolucionário (o terceiro estado), a medida que vai presenciando o desenvolvimento das relações de produção burguesas, passa a sofrer fragmentações. O nascente proletariado não vê suas demandas sendo contempladas e se torna, com o passar do tempo, mais autoconsciente de sua existência, originando correntes ideológicas próprias, como o socialismo.

Assustada com esses movimentos, que poderiam colocar em xeque as conquistas por ela alcançadas, a burguesia inicia um processo de reaproximação com a nobreza e o clero. Na escola “laica”, isso é traduzido pela aplicação de políticas educacionais que acrescentaram o ensino religioso à estrutura curricular proposta. Os ideais da religião cristã poderiam exercer um papel importante de conservação da ordem.

2.6 Revolução Industrial e Revolução Francesa

Podem-se considerar dois acontecimentos históricos que tiveram grande importância na constituição da escola no sistema capitalista: a revolução francesa e a revolução industrial. A primeira representa uma ruptura no campo político e ideológico, e a segunda, nas características técnicas e econômicas do modo de produção.

Houve o apontamento da necessidade de mudanças na forma com que a educação se dava, em um primeiro momento, como um resultado de todas as transformações que ocorriam no campo das ideias. Havia o projeto de formulação de uma realidade, diferente do encontrado no antigo regime, em que a existência humana se realizasse em sua plenitude, levando em conta todas as suas possibilidades. Não houve de maneira imediata a demanda de prover, a partir da educação, os meios necessários para que o nascente modelo de produção fosse consolidado. Posteriormente, tendo como exemplo a intenção de criação de escolas que podem ser consideradas com as percussoras das atuais escolas técnicas, a relação direta entre a educação e o trabalho é trabalhada de forma mais efetiva.

Durante a revolução francesa havia a discussão de qual seria a melhor alternativa para uma educação direcionada à grande maioria da população. O problema era que a burguesia necessitava de uma expansão do ensino para afirmação da nova ordem que vinha sendo instalada, para reduzir o poder da Igreja. Porém, existia o temor de que isso poderia suscitar nos níveis mais baixos da sociedade, aspirações indesejáveis à ordem social.

Os pensadores da época que se manifestaram em relação ao tema se dividiam entre aqueles que eram totalmente contra a educação universal, sendo necessário apenas uma educação voltada exclusivamente para os meios técnicos do trabalho. E, os que apontavam para uma fusão de correntes da época. A constituição da educação seria tal que as classes mais baixas poderiam respeitar a ordem social e não questioná-la. E nada melhor para esse objetivo do que a religião. Essa visão chegou a ser implementada durante o Império de Napoleão, na França pós-revolucionária, sendo o ensino primário uma responsabilidade das ordens religiosas e o ensino secundário e universitário convertidos ao Estado laico que se consolidava. Cabe lembrar que esses dois últimos eram cursados em sua maioria por alunos de famílias ricas e formariam o corpo intelectual da nova classe dominante. Em um período de afirmação de uma classe, a criação destes é de grande importância.

Entretanto com o passar do tempo pôde-se notar que essa prática estava mais ligada às características da antiga sociedade do antigo regime do que da nascente sociedade industrial. Com a proliferação das indústrias se fazia necessária a formação de um novo tipo de trabalhador, adaptado à nova dinâmica do trabalho. Ele não somente deveria ser piedoso e resignado como também aceitar trabalhar para outro indivíduo e sob as condições que esse lhe impusesse. A educação teria que acompanhar essa demanda para que o desenvolvimento industrial continuasse.

Nesse cenário, o principal ponto era a disciplina. Nas escolas, esse valor era trabalhado de diversas formas. Como por exemplo, através de uma total racionalização do tempo escolar, com cada atividade realizada muito bem determinada previamente e, em alguns casos, cronometrada. Às vezes a determinação do que iria ser ensinado ficava em segundo plano nos objetivos das políticas públicas, em detrimento da criação de um ambiente que transmitiria os hábitos necessários a um trabalhador das indústrias. Isso faz com que alguns relatos a respeito do funcionamento das escolas remetessem ao mesmo modo de racionalização do trabalho industrial, que ganhava força e iria ter seu auge no período fordista.

A seguir, serão apresentadas as diferentes formas de se pensar a instituição escola, no sistema capitalista, e suas relações com o restante da sociedade.

Capítulo II. Concepções de Estado e concepções de educação

Dentro do campo de estudo educacional, pode-se fazer uso de uma classificação que divide as teorias, que pensam a relação entre sociedade e educação, em duas grandes correntes de pensamento. Estas correntes são derivadas de dois diferentes conceitos de sociedade. As correntes são de acordo com Petitat (1994): funcionalista e conflitualista.

A primeira teve suas linhas gerais traçadas por Emile Durkheim¹. Ele parte da ideia de que a sociedade é constituída por indivíduos independentes e se estrutura a partir de um “sistema de funções” que une as relações sociais. Ou seja, cada indivíduo e cada organização possui uma determinada função no esquema social. O objeto central de seu estudo era obter a harmonização destas funções e da solidariedade entre elas, estabelecendo uma ordem social. Com esse raciocínio, os conflitos sociais seriam apenas o produto da quebra desta harmonia que a sociedade apresenta. E, segundo ele, esses conflitos não teriam como acarretar na formação de uma nova configuração social.

Segundo essa corrente, a escola deveria transformar o indivíduo socialmente indefinido em um indivíduo integrado aos elementos morais e intelectuais necessários à uma sociedade industrial e democrática, tais como:

espírito de disciplina, isto é, a submissão às regras que garantem a vida coletiva, o *apego aos grupos sociais*, isto é, o espírito de sacrifício e abnegação, em particular a identificação com a Nação e suas instituições; por fim, *a autonomia da vontade*, isto é, a livre submissão aos imperativos morais na medida que estes sejam fundados sobre razões sociais que se impõem á razão individual (Petitat, 1994, p.14).

Em um segundo momento, a escola funcionaria como uma instituição que dividisse a população de acordo com as funções a serem executada nos diferentes ramos de produção existentes. Assim, é propiciada a renovação constante dos órgãos do corpo social que possuem funções essenciais à manutenção de todo o conjunto. Essa dinâmica tem como pressuposto uma educação diferenciada entre os indivíduos.

Segundo Durkheim, o único conflito que esse sistema educacional poderia ocasionar seria a incompatibilidade entre as funções sociais e as aptidões individuais. Em alguns casos, apenas o correto funcionamento do processo educacional resolveria esse problema, apesar de considerar possível a existência de situações que obriguem a utilização de métodos

¹ Pensador francês, pioneiro nos estudos da sociologia da educação.

coercitivos para instaurar a harmonia necessária. Uma alternativa, a fim de evitar tais complicações, se dá na instalação de uma igualdade social.

Nesse ponto pode-se notar uma contradição: há o objetivo de uma igualdade de oportunidades entre os indivíduos em uma sociedade claramente desigual. E condizente com a teoria, a única mudança reivindicada seria a redução da desigualdade de fortuna, atingida através da supressão dos direitos de herança. As relações de produção não são vistas com um problema à harmonia social.

Outra contradição nessa teoria pode ser notada em sua caracterização da sociedade, como sendo formada por indivíduos independentes. Assim, ela se diferencia do conceito de sociedade da corrente conflitualista, no qual há a manifestação da luta de classes, conflito político-ideológico entre grupos antagônicos. Considerando apenas indivíduos independentes, há a exclusão do conceito de classe. No entanto, ao estabelecer o sistema de funções, há um prejuízo a essa ideia. Esses indivíduos independentes acabam por compartilhar com outros indivíduos uma mesma função nos ramos de produção existentes. Então, de certa forma, haveria a formação de grupos sociais provenientes da divisão social do trabalho. Tal fato é totalmente desconsiderado no pensamento de Durkheim.

Apesar dessas contradições, a teoria de Durkheim é ainda hegemônica na sociologia. E em alguns períodos da história há a aproximação das políticas educacionais com a corrente funcionalista, como aconteceu com os Estados Europeus no final do século XIX. Foi promovida uma expansão do acesso à escola primária gratuita e a possibilidade de passagem do primário para o secundário, com sensibilidade às aptidões naturais de cada aluno. Com isso, se produz o alongamento da vida escolar, fortalecendo o processo de legitimação do Estado e da construção de uma unidade nacional (Petitat, 1994).

As políticas educacionais visavam também certa igualdade dos alunos perante a escola. Porém com uma dinâmica de funcionamento que não levava em conta a diversidade de condições socioculturais dos mesmos. Assim, gera-se o aprofundamento dessas diferenças e em alguns casos, não se alcança um dos seus objetivos, o alongamento do tempo de permanência na escola. Nesse ponto há conflito inclusive com a corrente funcionalista, que primava por uma igualdade maior dos alunos perante a escola, mesmo que propondo medidas que efetivamente não reverteriam a desigualdade social, como a concessão de pequenos auxílios financeiros.

Um dos desdobramentos da teoria de Durkheim foi a corrente funcionalista, em sua vertente estruturalista, que também teve influencia das teorias biológicas. Nela a sociedade é

comparada a um organismo vivo que possui características homeostáticas, ou seja, que se volta naturalmente a uma condição de equilíbrio. Aqui está presente a ideia de que mudanças são possíveis, desde que sejam comportadas pelo sistema político-econômico vigente, e da existência de um contrato de lealdade e comprometimento entre os diversos integrantes do corpo social.

Uma questão interessante dessa vertente é que a mesma produz as bases teóricas necessárias para a elaboração de teorias educacionais críticas que se encaixam em outra corrente de pensamento. Em alguns casos o que acontece, resumidamente, é a releitura de algumas ideias, incorporando à teoria funcionalista conceitos como o de classe hegemônica e ideologia, além de reconhecer e explicitar as contradições existentes no funcionalismo. Assim, mesmo possuindo uma visão crítica a respeito do funcionamento da sociedade, entende-se que a mesma não é passível de grandes transformações que venham a reverter a ordem social posta. É a vertente reprodutivista, que reconhece a escola como um espaço majoritariamente de reprodução das relações sociais e produtivas da sociedade capitalista.

Essa vertente reprodutivista é só uma das que compõem a corrente conflitualista. Há também a vertente não reprodutivista, ou seja, as teorias reconhecem o papel de reprodução exercido pela escola, mas consideram também a possibilidade de outra modalidade de funcionamento. A instituição escolar também poderia ser um lugar que não reproduz totalmente a estrutura social, dando bases para que haja sua transformação.

Na corrente conflitualista, ambas vertentes têm como premissa o conceito de sociedade formada por elementos contraditórios e conflitantes, porém apresentando certa estabilidade graças à manutenção das relações de dominação, alcançadas, sobretudo, pela atuação de instituições ligadas direta ou indiretamente ao Estado. A conceituação desta instituição apresenta ponto em comum em relação ao objetivo de seu funcionamento.

Nessa perspectiva, entende-se Estado como aquele que representa primordialmente os interesses da classe dominante/hegemônica do sistema econômico vigente, no caso atual, a classe detentora dos meios de produção. Ele não é conceituado como o representante do interesse social e um facilitador do estado de harmonia social, mas como uma instituição que garante a reprodução das relações de produção. Porém, a forma com que ele se organiza para tal objetivo possui diversas interpretações.

Esse trabalho vai analisar dois autores que possuem diferentes visões a respeito do Estado e, conseqüentemente, da escola. Apesar das diferenças, o diálogo entre os mesmos é

possível, por possuírem a mesmas premissas teóricas e dialogarem com o a mesma corrente de pensamento. Os autores a serem tratados são Gramsci e Althusser.

2.1 Concepção de Estado para Gramsci

Em Marx, segundo Coutinho (1981), assim como em outros pensadores clássicos do marxismo, a estrutura do Estado é caracterizada por sua posição de detentora dos aparelhos repressivos, possuindo o monopólio das ações coercitivas realizadas pelos mesmos, fazendo valer sua natureza de classe. Essa interpretação é um reflexo do momento histórico vivido por esses pensadores. Gramsci, pensador de outra época, tem como objeto de estudo outra sociedade, bastante diferente da encontrada por Marx e seus contemporâneos. No decorrer da história houve um processo de intensificação das forças produtivas e novas relações sociais e políticas foram surgindo, configurando novas formas de relações sociais.

Com esse desenvolvimento do sistema econômico, duas fundamentais contradições do capitalismo são elevadas: "a contradição entre socialização do trabalho e apropriação e apropriação privada do trabalho social e contradição entre socialização da política e apropriação individual e grupista do poder" (Neves, 2005, p. 22). A partir disso, a sociedade passa por um processo, denominado por Gramsci, como de ocidentalização. Assim o fenômeno estatal ganha maior complexidade, formando-se novas instituições, que por sua vez, contribuem para abarcar a socialização da vida política.

Essas instituições diferem dos aparelhos repressivos do Estado, que constituem parte importante da estrutura estatal em si. Alguns exemplos são os grandes sindicatos e os partidos políticos, organismos de participação política voluntária que possuem leis e funções que são relativamente autônomas do mundo econômico e do Estado. Gramsci denomina essas instituições como aparelhos privados de hegemonia, fato novo que enriquece a teoria marxista de Estado, gerando a concepção de "Estado integral" e reinterpretando o conceito de sociedade civil.

A consideração desses aparelhos privados de hegemonia provoca a divisão da superestrutura em dois momentos. De um lado, se encontra o Estado-Coerção (ou Estado em sentido estrito), que exerce seu poder sobre o conjunto da sociedade através de mecanismos coercitivos, dos quais a classe dominante possui o monopólio. Do outro, está a sociedade civil, que englobaria as instituições ditas como aparelhos privados de hegemonia (sistema

escolar, as Igrejas, sindicatos, imprensa). Esta funcionaria como mediadora entre a infraestrutura econômica e o Estado-Coerção. Em seu âmbito, a reprodução das relações de produção é realizada através do debate ideológico ou da difusão ideológica, meios pelos quais procura-se atingir o consenso entre os diversos grupos que a compõem.

Uma ressalva a esse pensamento que divide a superestrutura em dois momentos é a existência da influência mútua entre eles. A sociedade civil é revestida de ações coercitivas, oriundas da atuação do Estado-coerção, e este é revestido de práticas ideológicas, produto das instituições da sociedade civil.

A ampliação da participação política foi o principal fator responsável para que o debate ideológico ganhasse um papel mais importante na dinâmica de reprodução do sistema socioeconômico. Tal importância é acompanhada da existência de um modo de organização e de instituições especializadas, exercendo o papel de elaboração e difusão ideológica. Essa dinâmica é mais facilmente encontrada em sociedades capitalistas com maior nível de complexidade econômica. Um momento histórico que exemplifica isso foram os Estados de bem estar social. No caso desses Estados havia uma conjuntura social na qual, aparentemente, os meios coercitivos estiveram em segundo plano nas ações reprodutivas do capitalismo.

2.2 Concepção de Estado para Althusser

Althusser é um pensador do Estado e da educação que se encontra em um momento histórico posterior ao de Gramsci. Enquanto este pode ser considerado como uma parte do desenvolvimento teórico do marxismo, Althusser tem em sua teoria elementos que não estão somente pautados nas ideias de Marx. Um exemplo disso é a forma com que sua teoria, em alguns momentos, é criticada, como sendo funcionalista.

A principal contribuição de Althusser ao conceito marxista de Estado, levando em conta a distinção entre poder de Estado e aparelho de Estado, é o reconhecimento de instituições distintas e especializadas que se manifestam juntamente com os aparatos repressivos (teoria clássica) do Estado, porém não se confundem com estes. Seriam os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Alguns exemplos de AIE são o: religioso (sistema de diferentes igrejas), escolar (compreende tanto escolas públicas quanto privadas), familiar, jurídico (seu funcionamento é ao mesmo tempo repressivo e ideológico), político (sistema de partidos), sindical, de informação (imprensa em geral) e cultural.

Essas instituições se diferenciam dos aparelhos repressivos por atuarem primeiramente através da ideologia, ao invés dos meios coercitivos, embora ambos atuem através da ideologia e da coerção. A diferença é em que momento isso ocorre. Os AIE funcionam secundariamente através da coerção, mesmo que seja de forma atenuada ou simbólica, como se pode notar na dinâmica da escola moderna.

Durante o desenvolvimento de sua teoria, Althusser constata que estas instituições podem não pertencer inteiramente ao domínio público, ao contrário dos aparelhos repressivos de Estado. Esta constatação remete ao trabalho realizado por Gramsci, porém é feita uma análise da questão que vem tirar a importância da distinção entre o público e o privado. Ele considera essa distinção como sendo algo característico do direito burguês, e o Estado, devido ao seu caráter de classes, não poderia ser estudado a partir dos fundamentos do direito. Há também uma valorização da característica funcional destas instituições, que as caracterizariam como AIE, em detrimento de suas particularidades organizacionais.

O que garante essa unidade funcional entre as instituições é o fato de que suas diretrizes estão sempre atreladas à ideologia dominante. Isto porque é considerado impossível perpetuar o poder estatal sem se apropriar ideologicamente dos AIE. Ou seja, a ideologia da classe dominante tem sua existência material através dos AIE.

Em sua interpretação dos conceitos de Marx, no relativo à superestrutura e a infraestrutura, Althusser posiciona as instituições primordialmente ideológicas em um plano diferente do proposto por Gramsci. Enquanto que neste, elas se encontram no âmbito da sociedade civil, realizando a mediação entre a base econômica e o estado, em Althusser há mais a ideia de composição do aparato estatal. No pensamento de Althusser, a infraestrutura determina, em última instância a superestrutura (não se exclui a contribuição da superestrutura para com a infraestrutura) e, conseqüentemente, os AIE. Em conclusão, o funcionamento da escola, por exemplo, tem seu funcionamento atrelado de forma direta às demandas e diretrizes da estrutura econômica e produtiva.

Em Gramsci, essa relação é reconhecida, porém não nega a possibilidade de um funcionamento que não reproduza totalmente as relações produtivas e sociais vigentes. Uma parte da sua teoria, que ajuda a dar suporte a essa ideia, é a consideração da independência material das instituições ideológicas. Tal fato é desprezado por Althusser, concebendo a existência material dessas instituições juntamente com a estrutura estatal.

E isso influencia a forma com que os autores interpretam as lutas políticas desempenhadas pelas classes. Para Althusser, elas giram em torno da detenção do poder do

Estado. Tendo sua posse, transformações nos aparelhos de Estado poderiam ser realizadas. Em Gramsci, as lutas políticas não necessariamente se concentram na obtenção do poder do Estado, considerando imprescindível a existência de um processo de conquista de posições na conjuntura política, isto é, uma classe pode exercer sua influência ideológica sobre alguns aparelhos privados de hegemonia antes de ser a classe dominante.

No entanto, para haver esse processo de “tomada de posições”, é necessária a constituição de uma sociedade civil bem estruturada. Também se faz necessária a existência de uma classe que esteja de tal forma desenvolvida ideologicamente, possuindo um alto grau de consciência política coletiva, a ponto de compreender o caráter de classe de Estado, julgando necessária a expansão dos seus interesses corporativos ao restante da sociedade. Constitui-se, assim, como uma classe revolucionária.

Porém, algumas configurações da relação Estado-sociedade contribuem para que tal nível de consciência não seja atingido. No período do Estado de Bem-Estar social, a expansão da “cidadania política-social” teve como consequência a manutenção das reivindicações da classe dominadas essencialmente no plano econômico. Na mesma época, outra dinâmica era encontrada nos países periféricos. Ocorria a incorporação das principais instituições ideológicas ao aparato material do Estado, sendo este uma realidade forte e centralizadora. Também era comum atingir o consenso majoritariamente através das ações coercitivas e da difusão ideológica em detrimento ao debate.

2.3 História do Estado Brasileiro

Ao longo da história do Brasil, a relação Estado-sociedade caracterizou-se pela presença de um Estado forte, centralizador e autoritário, em detrimento de uma sociedade civil mal constituída. Isso é origem e consequência de diversos momentos históricos de rupturas da ordem política anterior, realizadas de maneira dirigida, “pelo alto” (Coutinho, 2006). A base primordial desse panorama se dá na configuração da colonização portuguesa, marcada por uma burocracia patrimonialista, reforçada a partir da vinda da família real portuguesa ao Brasil em 1808.

Esse fortalecimento da estrutura colonial tem consequência na forma como o processo de Independência do Brasil aconteceu, caso único na América Latina. Processo este que deu origem a um Estado unificado, conseguindo manter os limites territoriais da colônia, porém

com a ausência de uma nação unificada. Ou seja, não houve a participação de grande parte da população, somente de uma pequena parcela da mesma, próxima ao Estado, realizadora de uma Independência que foi feita “pelo alto”. Assim, a classe dirigente possui pouca identificação com as principais questões de diversos grupos sociais, produzindo as inúmeras revoltas que marcaram o período imperial.

Outro momento importante da história brasileira, seguindo o mesmo modelo de realização, foi a chamada Revolução de 1930. Nela, as oligarquias agrárias de menor expressão, grupos urbano-industriais em ascensão, frações do corpo militar, ou seja, setores descontentes com o Estado (representante dos interesses das oligarquias cafeeiras) conduziram a articulação de um novo cenário político. A partir dela instituiu-se no país um Estado essencialmente capitalista, promotor de ações que visavam o desenvolvimento do setor industrial. O auge desse período é a Ditadura do Estado Novo, na qual é adotada uma postura mais centralizadora por parte do Estado, com a justificativa que só assim seria possível modernizar o país, transpondo as barreiras que a antiga ordem política colocava ao projeto econômico.

É justamente com a intensificação das operações industriais que se tem início a gestação de uma sociedade civil brasileira. No entanto, acompanhado a isso, há o movimento de subordinação ao aparato estatal das instituições que seriam o lugar de manifestação dessa instância da superestrutura. Esse movimento se prolonga, em graus diferentes, para além da ditadura do Estado Novo, condicionando o desenvolvimento da sociedade civil e impedindo a real independência material das instituições ideológicas. Isto é, durante um determinado período, podem-se enquadrar estas instituições mais precisamente como aparelhos ideológicos de Estado do que como aparelhos privados de hegemonia.

No período histórico brasileiro posterior, normalmente denominado como populista, entre os anos 1945 e 1964, o grau de subordinação da sociedade civil ao Estado foi menor. Um exemplo disso é a Constituição de 1946, com a real existência dos três poderes. Esse novo cenário possibilitou certo nível de manifestação dos interesses populares e o desenvolvimento de algumas instituições que os representariam. Foi um período em que se ensaiou a realização de algumas mudanças na conjuntura política, fomentando diversas discussões sociais e um forte sentimento de anti-comunismo. Esse fator, alimentado pelo cenário internacional, marcado pela disputa ideológica entre dois blocos antagônicos (capitalista e socialista), foi o principal motor do golpe de 1964.

A ditadura do Estado Novo e a ditadura militar novo possuem diversas diferenças. A primeira, por exemplo, possui, mas similaridades com o modelo fascista de Estado do que a segunda. Esta era mais marcada pelo objetivo de conter as manifestações ideológicas que poderiam colocar em risco a ordem social e econômica, do que na implementação e sustentação de uma ideologia. Pode-se notar essa característica em uma imensa predominância das ações coercitivas em relação às de difusão ideológica.

Nesse período, dentro de um modelo conservador e com a valorização do capital estrangeiro, o Brasil vivenciou um intenso crescimento industrial, produzindo consequências para além do plano econômico. Durante a ditadura foi se desenvolvendo uma relação entre Estado e sociedade civil mais próxima de uma sociedade “ocidental”. O papel de mediação entre a infraestrutura e o Estado em sentido restrito só não era desempenhado de maneira efetiva porque as medidas de repressão eram acentuadas. A partir do momento em que há a redução desse aparato repressivo é possível notar que “o Brasil, após mais de vinte anos de ditadura, havia se tornado definitivamente uma sociedade gramscianamente ‘ocidental’” (Coutinho, 2006, p.188).

No entanto, simultaneamente ao florescimento de uma sociedade civil estruturada, iniciava-se o processo de implementação de uma nova forma organizacional do capitalismo, o modelo neoliberal. Inaugura-se um fato novo, a chamada terceira via com destaque para a atuação das organizações da sociedade civil, notadamente das chamadas “organizações não governamentais”. E elas vêm a desempenhar um papel importante na obtenção do consenso, pois, a nova relação entre Estado e sociedade civil implica na predominância do debate e da difusão ideológica em relação às ações coercitivas. Inúmeras políticas públicas são elaboradas a fim de facilitar a atuação dessas instituições. No campo educacional, podem ser citados o Programa de Desenvolvimento da Educação e o Programa Mais Educação.

Capítulo III. As políticas educacionais no Brasil contemporâneo

O Programa de Desenvolvimento da Educação (PDE) é a principal medida do Governo Federal para alterar o cenário educacional brasileiro. É a sua principal política pública, possuindo, de acordo com o Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007, 28 objetivos. Dentre eles estão:

Promover a gestão participativa na rede de ensino; firmar parcerias externas à comunidade escolar, visando a melhoria da infra-estrutura da escola ou a promoção de projetos socioculturais e ações educativas; estabelecer como foco a aprendizagem, apontando resultados concretos a atingir, entre outros, ampliar as possibilidades de permanência do educando sob responsabilidade da escola para além da jornada regular.

O PDE se realiza como um plano de ação derivado do diagnóstico realizado pelo Plano Nacional de Educação (2001-2011). O conceito de educação norteador de seus programas é pautado na obtenção de autonomia, por parte do aluno, permitindo a este uma visão “crítica e criativa frente ao mundo” (BRASIL, 2007). Através de seus inúmeros programas, procura-se criar nas escolas um planejamento estratégico que venha a construir um ambiente educacional que abarque o conceito de educação proposto e, conseqüentemente, melhore o cenário da educação pública brasileira. Criam-se metas e objetivos comuns às escolas, integrando instituições provenientes de diferentes secretarias de educação e de diferentes realidades em prol de um ideal comum.

4.1 O Programa Mais Educação

Dentro das ações encadeadas pelo PDE está o Programa Mais Educação, criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, sob a dependência da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SECAD/MEC), com a Secretaria de Educação Básica (SEB/MEC) e com as Secretarias Municipais de Educação que, seguindo também a legislação educacional brasileira, têm o objetivo de tornar possível a proposta de uma educação integral. Espera-se que com a adoção dessa modalidade de funcionamento, ampliando os momentos educacionais, um melhor cenário educativo seja produzido. Por isso, o programa atende prioritariamente às escolas com notas não satisfatórias no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), localizadas

nos grandes centros urbanos. Em 2009, o programa já atendia a 5 mil escolas, tendo 1,5 milhões de alunos contemplados.

É interessante notar que o programa tem como um de seus principais pontos o conceito de que o espaço escola é só um dos momentos em que o processo educativo se realiza. Dentre suas propostas está a incorporação às atividades escolares dos saberes que os territórios, nos quais as escolas se inserem, carregam consigo, aproveitando também seus espaços físicos e a atuação de seus atores sociais. Incluem-se nessa lista, ONGs, organizações comunitárias e outros.

Seguindo esse conceito “abrangente” de educação, as ações do programa não se limitam a área de atuação do Ministério da Educação, dialogando com os Ministérios da Cultura, do Esporte e da Ciência e Tecnologia, por exemplo. Além de receber apoio de diversas secretarias do Ministério de Educação e alguns de seus outros programas, como o Programa Dinheiro Direto na escola (PDDE).

O programa se estrutura em torno dos chamados macro-campos, conjunto de atividades que se dividem em: acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos em educação, cultura e artes, cultura digital, promoção da saúde, educomunicação, investigação no campo das Ciências da natureza, educação econômica.

Alguns desses campos se caracterizam pela realização de atividades bem estabelecidas, como o acompanhamento pedagógico, esporte e lazer, culturas e artes. Faz parte do programa um “catálogo” de atividades para cada macro-campo. Porém, há outros que não possuem essa organização, abrindo margem para a escola elaborar algo próprio, desde que siga a ideia geral do macro-campo. É o que acontece nas práticas ligadas ao meio-ambiente e aos direitos humanos em educação. Este último, em sua apresentação, deixa clara a possibilidade de realização de trabalhos interdisciplinares, agregando outras áreas.

O processo de instauração do programa concede um papel importante à equipe da escola, fomentando a reflexão, por parte do corpo escolar e da comunidade, do projeto político-pedagógico adotado pela mesma. O desenvolvimento das atividades a serem realizadas no contra turno é pensado para ser realizado em conjunto, concedendo à escola certa autonomia sobre a adoção dos macros campos do programa. A própria forma com que o programa é divulgado, seguindo o modelo de manual, constituindo-se em um verdadeiro passo-a-passo (Brasil, 2012), representa um pouco da dinâmica. Será a partir deste documento que a análise do programa será realizada.

Além da equipe escolar propriamente dita, o programa abre espaço para a atuação de diversos profissionais, como educadores populares, agentes culturais e alunos universitários. O objetivo é criar novas relações de aprendizagem, diversificando os educadores, além de fortalecer a relação da escola com outras instituições e a comunidade.

Inserida nesse processo, há a figura do professor comunitário, como um dos propiciadores deste cenário. É traçado um perfil comportamental necessário para a realização das atividades a ele designadas, ajudando a escola na escolha do mesmo. Ele deve ser um profissional aberto ao debate e sensível a novas propostas, além de possuir certo prestígio com os alunos e a comunidade, construindo ligações entre a escola e a comunidade.

No entanto, a instância mais importante no processo de implementação do programa é o comitê local. Cabe a ele a formulação do Plano de Ação Local Integral. É a partir desse plano que se estabelece quais serão as atividades realizadas, as parcerias feitas e o número de alunos atendidos. Ele pode ser formado pelo: diretor da escola, professor comunitário, estudantes, funcionários da escola, profissionais atuantes em diferentes programas governamentais e não-governamentais, representante do comitê metropolitano e representantes da comunidade. O acompanhamento do programa, a avaliação de seus resultados, também é realizado por este comitê.

4.2 A relação Estado-Sociedade na política educacional brasileira

Como dito anteriormente, a relação Estado-sociedade brasileira se modificou nas últimas décadas, estando mais próxima do conceito de sociedade ocidental gramsciana. Mudanças no plano econômico também ocorreram. Isto significa que muitas das práticas já realizadas anteriormente para garantir a reprodução das relações produtivas e sociais não são mais concebíveis. O resultado é a busca de novas formas de se estabelecer o cenário favorável às atividades capitalistas.

Durante a década de 1980, período em que se formulou um quadro de incertezas para a acumulação de capital, a classe dominante adotou o pensamento de que uma nova realidade política e econômica deveria ser traçada. É então que surgem as primeiras instituições brasileiras, em sintonia com o que se pensava mundialmente, encarregadas de difundir o pensamento neoliberal. Segundo Neves (2005), um exemplo foi o PNBE (Pensamento

Nacional das Bases Empresariais). Esta entidade foi criada em 1987 por industriais de São Paulo, sendo um dos principais instrumentos de representação deste grupo social.

As ações dessa instituição, realizando seminários e congressos, divulgando a obra dos principais intelectuais liberais e, conseqüentemente formando pensadores nacionais, foram responsáveis para a formação de um consenso entre a classe dominante e por realizar a aproximação dessas ideias à agenda governamental. Esse trabalho de consolidação da ideologia liberal fez com que, a partir da década de 1990, essas ideias fossem norteadores de inúmeras políticas públicas em diversos setores.

Nessa nova dinâmica do capitalismo, com o objetivo de promover a ampliação da acumulação de capital, ocorre a “redução” do Estado. Isso quer dizer, o mesmo diminui a abrangência de sua atuação em diversos setores, principalmente o econômico, mas também nas questões sociais. Esse “espaço” criado é, por sua vez, preenchido por instituições privadas. Ocorre a privatização das empresas estatais, desregulamentação da economia, cortes orçamentários e realocação de algumas funções estatais. Com o passar do tempo as organizações não governamentais vão assumindo funções antes designadas ao Estado. E isso ocorre em alguns casos com dinheiro público, havendo o repasse de verbas.

O Programa Mais Educação, presente principalmente nas escolas de baixo desempenho no IDEB, localizadas nos grandes centros urbanos, é um propiciador para a atuação das ONGs. Visto que a estrutura das escolas públicas a nível nacional não comporta a adoção de uma educação integral, a única forma de se aproximar desse conceito é fazendo uso de recursos, espaço físico e de profissionais de outras instituições.

Na grande maioria dos casos, no território no qual essas escolas se inserem há uma grande presença das ONGs, realizando as mais diversas atividades. Elas se configuram em um dos atores mais presentes nessas localidades, muitas das vezes superando a atuação do Estado (excluindo-se as ações coercitivas). Naturalmente, elas se tornariam muito importantes na adoção do programa, passando a exercer enorme influência sobre as atividades realizadas nas escolas.

Como o próprio passo a passo do projeto indica, a escola é instigada a debater a respeito das diretrizes de ensino, sendo ela mesma um dos grandes responsáveis pela formação do plano de ação local. Escolhas a respeito do projeto político pedagógico são feitas pela escola e pela comunidade.

Na atual configuração da relação Estado-sociedade, mais próxima do conceito de sociedade ocidental gramsciana, a escola se realiza como um aparelho privado de hegemonia.

E, uma das principais características dessas instituições, é a capacidade de aderir e disseminar uma adesão a uma ideologia de forma voluntária ou parcialmente voluntária, se tornando portadoras materiais da mesma (COUTINHO, 1981).

Esse movimento de adesão ideológica é feito em cima de bases já existentes. Ou seja, a instituição é privada no sentido de não responder totalmente ao Estado em sentido restrito, mais sofre influências do mesmo e de outros aparelhos privados de hegemonia. No caso das escolas, a adesão à ideologia representada pelas ONGs é algo mais propício de acontecer devido a realidade existente.

A presença de diferenças entre o planejado pela política pública e sua implementação é comum. Um exemplo é a participação do corpo escolar no processo. Isso vai depender muito da realidade da escola, se possui uma equipe capaz de direcionar o programa e participar ativamente deste. Há casos em que isso não ocorre, prejudicando as atividades como um todo. Tal possibilidade revela que essa política pública não concede muitas garantias da efetividade de seu projeto, não alcançando as metas estabelecidas pelo PDE.

A questão originária dessa incerteza é a dicotomia existente entre tempo educativo e a qualidade desse tempo. O programa deixa claro que seu principal objetivo é a expansão das atividades educacionais (tempo integral), lembrando que, não necessariamente, elas serão realizadas no espaço escola. Porém, em nenhum momento são dadas garantias da qualidade das instalações, da formação dos educadores envolvidos, de orçamento necessário e de apoio institucional. Todas as responsabilidades são deixadas para a escola e a comunidade. Assim, ocorre a reprodução do atual cenário da educação pública brasileira. Com uma diferença: através desse programa há a indução à noção de compartilhamento de responsabilidades, por parte do Estado e da população, para com os resultados produzidos.

Todo esse cenário proporciona mais espaço para a atuação das ONGs, que na dinâmica neoliberal se realizam com um dos principais executores das políticas públicas, sendo também um dos principais aparelhos de legitimação da estrutura social e formadores de uma nova modalidade de sociabilidade.

As reformas pelas quais o Estado capitalista passou estão intimamente relacionadas com a ideia de “radicalização da democracia”. Esse conceito se baseia na dispersão do papel de Estado para as diversas instituições existentes na sociedade civil e também para os indivíduos. O Estado se transforma em um mero facilitador e direcionador das ações da sociedade civil. O slogan “Todos Pela Educação” e o programa Mais Educação são grandes exemplos disso.

No entanto, essa reorganização do Estado não o destitui de seu papel como educador. Essas políticas públicas carregam consigo uma mensagem pedagógica, contribuem intensamente na formação de uma nova forma de os indivíduos pensarem e agirem, fazendo parte do processo de criação de um novo ser coletivo, em coerência com seu novo papel na sociedade e na forma de se relacionar com as instituições da sociedade civil.

As consequências da boa execução desse movimento são muitas, podendo ser citada a valorização do indivíduo, como um dos grandes responsáveis pelas ações modificadoras. Ou seja, a ideia de que todos contribuem à sociedade e são responsáveis por ela, todos podem e devem ajudar.

Juntamente, há a operação de uma espécie de reinvenção da sociedade civil (NEVES, 2005). Em Gramsci, ela é vista como a instância de luta política-ideológica por excelência. Para que a nova ideologia neoliberal se consolide, os conflitos entre os grupos sociais devem ser colocados em segundo plano, sendo prioritária a cooperação em busca do bem comum de toda a população. É uma forma de compreender a sociedade que se aproxima muito das correntes funcionalistas, que primavam por uma harmonia e solidariedade social.

Somando a valorização do indivíduo e os princípios de cooperação e solidariedade social tem-se o incentivo às práticas voluntárias, algo muito importante para o Programa Mais Educação. A figura do voluntário não está explicitamente citada no passo a passo, porém ao clamar por uma maior participação da comunidade, dos pais de alunos e de moradores, implicitamente espera-se que os mesmos participem das atividades do programa de forma voluntária.

A forma com que o orçamento é manejado também reforça o voluntariado. O PDDE, um dos programas complementares ao PME, consiste em um apoio financeiro complementar concedido pelo Ministério da Educação a partir do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo a Resolução Nº 7 de 12 de abril de 2012, o repasse de verbas é feito em correspondência com o número de alunos e tem como principal objetivo a melhoria nas condições de infraestrutura. Ele pode ser usado na aquisição de materiais permanentes (ar condicionado, impressora), pequenas reformas, material pedagógico além de incentivar a autogestão escolar. Está proibido o “gasto com pessoal” (Brasil, 2012).

Essas práticas voluntárias contribuem para a manutenção do nível de consciência coletiva em seu primeiro estágio, segundo as formulações de Gramsci. Torna-se mais difícil obter a compreensão do caráter de classe do Estado se está presente a noção de dever e responsabilidade para com a sociedade. O foco das atividades propostas no âmbito do

programa se concentra em pequenas ações, próximas à capacidade de ação do indivíduo, afastando-o de questionamentos mais amplos, referentes aos reais determinantes do atual estado da educação local.

A formação de um novo modo de encarar a luta política é derivada de ações como as citadas. Torna-se comum a luta e a defesa por questões relacionadas a grupos específicos, tendo objetivos muito particulares, fragmentando grupos sociais que possuem uma posição semelhante na estrutura social, em tese com objetivos semelhantes. Assim, a conquista de direitos que venham provocar significativas mudanças se tornam mais difíceis de acontecer, sendo mais frequente a realização de intervenções pontuais, perpetuando as atuais condições da sociedade.

O que acontece é a sobreposição dos serviços sobre os direitos. Nos últimos tempos, uma redução gradual dos poucos direitos adquiridos ao longo do tempo está sendo desenhada. Os direitos são transformados em conquistas a serem alcançadas. Como a educação integral, algo a ser conquistado pela escola e pela a comunidade. Algo que fuja dessa lógica é visto como um adicional, um bom serviço prestado pelo Estado à população, construindo uma boa imagem do primeiro e responsabilizando ainda mais o segundo. A máxima da meritocracia se expande para além do setor privado, sendo incorporada pelas práticas estatais. Isso faz com que instrumentos como o IDEB, uma prova de avaliação do ensino, ganhem cada vez mais força e se transformem em forte guia ao trabalho desenvolvido pelas escolas.

Apesar de todas essas consequências, é possível enxergar no Programa Mais Educação um duplo funcionamento. Ele se insere muito bem na construção de uma nova relação Estado-educação e sociedade, sendo uma representação da relação e função que a escola desempenha juntamente com outros aparelhos ideológicos de Estado e com o Estado em sentido restrito. Por outro lado, alguns pontos dele ajudam na consolidação da instituição como um espaço de debate e um portador material de ideologia. E isso abre possibilidades para que novas modalidades de funcionamento possam existir, abrindo as portas para a construção de uma outra sociedade.

Considerações Finais

O título desta monografia é uma pergunta. Depois de se estudar um pouco sobre a história da educação, promover uma discussão teórica entre dois grandes pensadores e analisar uma política pública educacional, adquire-se os meios necessários para se formular uma resposta apropriada. E esta seria, "depende".

A escola se realiza como um instrumento de reprodução das relações produtivas e sociais? Isto depende de como se configura a sociedade na qual a escola se insere. Através da história, se percebe que há momentos em que esta instituição se comporta exatamente desta maneira, mas em outros, não exatamente. Durante o longo processo de construção da sociedade burguesa, desenvolvendo características sociais que fossem capazes de abarcar as atividades realizadas por esta classe, a escola não reproduzia *totalmente* as características existentes na sociedade.

A reprodução, em algum nível, é uma característica intrínseca à escola. Como foi visto, instituições com fins educativos foram surgindo a partir do objetivo de perpetuar determinadas características sociais. A própria educação nas sociedades primitivas, sem a escola, mantinham as características das comunidades.

No entanto, há uma variação no grau de reprodução que a escola exerce. Durante a passagem do feudalismo para o capitalismo, período em que coexistiam características de ambas os modos de produção, umas remanescentes e outras em desenvolvimento, a escola foi fundamental para a formação de um novo homem coletivo, de uma nova forma de pensar e agir, consolidando uma nova classe dominante. Então, aparentemente a escola não apresentava em seu funcionamento o conceito de reprodução.

Porém, não se podia criar essa nova ideologia a partir do nada, é impossível. A adoção da religião no ensino é um exemplo. Teoricamente, seria uma representação da antiga sociedade, podendo ser danoso ao processo, entretanto, foi de extrema importância nos primeiros momentos do capitalismo, ainda hoje possuindo certo nível de importância.

Isto acontece porque, outra grande característica da escola, além da reprodução, é o fato de que o campo de ideias que a regem se configura como uma representação de sua relação e importância para com as características da sociedade. A partir do momento em que há mudanças nas relações políticas-ideológicas na sociedade, uma nova forma da escola funcionar é possível.

É a situação que o Programa Mais Educação possibilita. Por consolidar a instituição como um portador material de uma ideologia, atualmente a hegemônica, abre a possibilidade para que, acompanhando uma forma alternativa de pensar a sociedade, a escola seja um importante instrumento de transformação. A escola pode ser um espaço de reprodução ou um espaço de transformação da sociedade, a possibilidade existe. E essa possibilidade se manifesta claramente na figura dos funcionários da escola e em seus alunos. Eles que são os responsáveis pelo funcionamento da escola e sua forma de atuação. Qualquer fato relacionado à escola perpassa por essas figuras.

Referências Bibliográficas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL, Ministério da Educação, **Programa Mais Educação. Passo a Passo**, Brasília, 2012.

BRASIL. Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. Resolução Nº 7 de 12 de abril de 2012. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília.

CARNOY, Martin e LEVIN, Henry. **Escola e Trabalho no Estado capitalista**. 2.ed. São Paulo. Cortez Editora, 1993.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**, Porto Alegre, L&PM, 1981.

COUTINHO, Carlos Nelson. *O Estado brasileiro: gênese, crise, alternativas*, Em LIMA, Julio e NEVES, Lúcia (orgs.), **Fundamentos da Educação Escolar do Brasil Contemporâneo**, Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2006.

FERNANDES ENGUITA, Mariano. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1989.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere** - volume 2: Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2006.

NEVES, Lúcia (org.), **A nova pedagogia da hegemonia**, São Paulo, Xamã, 2005.

PETITAT, André. **Produção da Escola-Produção da Sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre:Artes Médicas, 1994.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. São Paulo:Cortez, 2007.

SAVIANI, Dermeval. *O choque teórico da Politécnica*. Em **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, N.1, vol. 1, Rio de Janeiro, EPSJV, 1995.